

LUCILA FREIRE PACHECO

**ANÁLISE DOS OCUPADOS COM NÍVEL SUPERIOR NA REGIÃO
METROPOLITANA DE SALVADOR:
UMA COMPARAÇÃO DOS ANOS DE 1997 E 2005.**

SALVADOR

2006

LUCILA FREIRE PACHECO

**ANÁLISE DOS OCUPADOS COM NÍVEL SUPERIOR NA REGIÃO
METROPOLITANA DE SALVADOR:
UMA COMPARAÇÃO DOS ANOS DE 1997 E 2005.**

Versão definitiva da monografia apresentada no curso de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Antônio Wilson F. Menezes

SALVADOR

2006

Ficha catalográfica elaborada por Vânia Magalhães CRB5-960

Pacheco, Lucila Freire

P116 Análise dos ocupados com nível superior na RMS: uma comparação dos anos de 1997 e 2005./ Lucila Freire Pacheco __ Salvador, 2006.
52 f.: il.; tab.

Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Ciências Econômicas , 2006.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Wilson Ferreira Menezes.

1. Mercado de trabalho – Bahia 2. Ensino superior- Brasil 3. Emprego – Brasil. I. Menezes, Antônio Wilson Ferreira II. Título.

CDD – 331.12098142

Lucila Freire Pacheco

Análise dos Ocupados com Nível Superior na RMS: Uma
Comparação dos Anos de 1997 e 2005

Aprovada em 18 de dezembro de 2006.

Orientador: _____

Prof. Dr. Antônio Wilson Ferreira Menezes
Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

Leormínio Moreira Bispo Filho
Mestre em Economia pela Faculdade de Ciências
Econômicas da UFBA e Técnico da PED

Thaiz Braga
Mestre em Economia pela Universidade Estadual de
Campinas e Técnica do DIEESE

RESUMO

O mercado de trabalho, ao longo dos últimos anos, tem aumentado as exigências para a contratação e permanência do trabalhador numa vaga de emprego, fazendo com que ele busque aperfeiçoar cada vez mais seus conhecimentos e qualificações através de maiores níveis educacionais. Assim, tem-se por objetivo neste trabalho, estudar o perfil dos ocupados com nível superior de ensino, mostrando as características que marcam este grupo e relacionando-os com os ocupados com outros níveis educacionais, demonstrando as mudanças ocorridas no período. Para isso, apresenta dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador, realizada pela SEI em parceria com o DIEESE, SEADE e UFBA, fazendo um comparativo entre os anos de 1997 e 2005, como forma de demonstrar, na prática, as principais alterações que esse processo tem determinado sobre o mercado de trabalho. O estudo está estruturado em cinco partes. A primeira se configura numa rápida introdução ao tema. A segunda busca levantar uma discussão sobre o mercado de trabalho e escolaridade, com base nas principais teorias que analisam o tema. A terceira apresenta o sistema educacional brasileiro e a evolução das instituições de ensino superior. A quarta parte demonstra, através dos dados coletados pela PED, algumas transformações ocorridas no mercado de trabalho da RMS e na situação dos ocupados com nível superior. Por fim tem-se a conclusão, onde são retomados alguns questionamentos e apontados os principais resultados obtidos por meio deste trabalho.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Escolaridade. Educação superior.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade por sexo - Brasil - 1960 / 1990	21
Tabela 2 - Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade - Brasil - 1970 / 2000	21
Tabela 3 - Gasto Público com Educação como % do PIB - Brasil - 1994 / 1999	28
Tabela 4 - Gasto Público como % do PIB, segundo Níveis de Ensino - Brasil – 2000 / 2002..	28
Tabela 5 - Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa - Brasil - 1997 / 2003.....	31
Tabela 6 - Número e Percentual de Instituições de Ensino Superior, por Categoria Administrativa - Brasil - 2003	31
Tabela 7 - Evolução do Número de Vagas nos Processos Seletivos, na Graduação Presencial, por Categoria Administrativa - Brasil - 1993 / 2003	32
Tabela 8 - Número de Instituições de Ensino Superior por Categorias Administrativas e Regiões Geográficas - Brasil - 2003.....	33
Tabela 9 - Número de Matrículas e Concluintes na Graduação Presencial - Brasil – 2003 ..	33
Tabela 10 - Estimativas Médias da População, PIA, PEA e Inativos - Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005.....	39
Tabela 11 - Distribuição da População em Idade Ativa por nível de instrução - Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005	39

Tabela 12 - Taxas de Participação, segundo Atributos Pessoais - Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005	41
Tabela 13 - Taxas de Desemprego, segundo Atributos Pessoais - Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005	42
Tabela 14 - Distribuição dos Ocupados por Nível de Instrução - Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005	43
Tabela 15 - Horas Semanais Trabalhadas em Média pelos Ocupados por Nível de Instrução - Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005.....	44
Tabela 16 - Distribuição dos Ocupados e Ocupados com Nível Superior por Atributos Pessoais - Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005	45
Tabela 17 - Distribuição dos Ocupados e Ocupados com Nível Superior por Faixa de Renda - Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005.....	46
Tabela 18 - Distribuição dos Ocupados com Nível Superior por Faixa de Renda por Atributos Pessoais - Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005	47
Tabela 19 - Distribuição dos Ocupados por Faixa de Renda por Atributos Pessoais - Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNE – Conselho Nacional de Educação
DEAES - Diretoria de Estatísticas e Avaliação da Educação Superior
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FCE – Faculdade de Ciências Econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPC – Índice de Preços ao Consumidor
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
MEC – Ministério da Educação e do Desporto
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização
PEA – População Economicamente Ativa
PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIA – População em Idade Ativa
PIB – Produto Interno Bruto
PME – Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PO – População Ocupada
RMS – Região Metropolitana de Salvador
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN – Secretaria Estadual do Planejamento
SETRAS – Secretaria Estadual do Trabalho, Assistência Social e Esporte
SSA – Salvador
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	MERCADO DE TRABALHO E ESCOLARIDADE	12
2.1	VISÃO GERAL DOS ASPECTOS ESTRUTURAIS	12
2.2	TEORIA DO CAPITAL HUMANO E DE SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO.....	15
3	SISTEMA EDUCACIONAL NO BRASIL	23
3.1	HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	23
3.2	ASPECTOS RECENTES DA EDUCAÇÃO	27
3.3	EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL	29
4	EDUCAÇÃO COM NÍVEL SUPERIOR: UMA APRESENTAÇÃO COM DADOS DA PED/RMS	35
4.1	METODOLOGIA E PRINCIPAIS CONCEITOS E INDICADORES ANALISADOS	35
4.2	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	38
5	CONCLUSÃO	49
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

O desemprego tem se configurado em um dos principais problemas enfrentados por países do mundo inteiro, tanto nos países em desenvolvimento quanto nos subdesenvolvidos. No Brasil isso não é diferente. O Estado, através de seus dirigentes, tem tentado amenizar ou até mesmo solucionar esse impasse, por meio de diversas políticas públicas, mas o que se tem visto são elevadas taxas de desemprego e suas graves conseqüências, como aumento da violência, da evasão escolar, da prostituição e da manutenção de condições precárias de vida.

O processo de globalização tem atuado como um agravante dessa situação, pois induz os países a abrirem seu comércio ao mundo. Com isso, cresce a competitividade entre suas empresas, permanecendo no mercado aquelas que apresentam menores preços, oriundos de técnicas cada vez mais simplificadas e barateadas de produção e distribuição de novas mercadorias. Novas formas de organização na estrutura da empresa também são implementadas como meio de tornar ainda mais eficiente este processo. Assim, o papel do homem tem sido reduzido, tornando-o apenas mais um componente na produção.

Com isso o trabalhador entrou em uma nova etapa, de busca por mais qualificação como meio de se inserir e se manter no mercado de trabalho. A educação passou a desempenhar papel fundamental nesta busca, como fonte de conhecimento a ser utilizado nas diversas áreas de atuação possíveis. O sistema educacional, conhecendo esta nova necessidade, vem se moldando, de forma a oferecer um número maior de instituições que assumam a função de oferecer educação, sobretudo superior.

Observa-se, então, uma elevação nos níveis de escolaridade, dado principalmente pelo crescimento do número de Instituições de Ensino Superior – IES, sobretudo as privadas, com a ampliação das vagas oferecidas e abertura de novos cursos, facilitando, em muito, a capacitação de novas pessoas ao mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Apesar do aumento na qualificação das pessoas, a taxa de desemprego se mantém elevada. O ingresso de novos indivíduos no mercado de trabalho tem sido maior que a abertura de novas vagas, expandindo, portanto, a PEA sem, contudo, aumentar mais que proporcionalmente a

população ocupada. A hipótese trabalhada é a de que o nível de instrução vem subindo entre os ocupados, conforme se verá mais adiante.

O objetivo deste trabalho é, portanto, analisar o perfil das pessoas ocupadas com nível superior de ensino da Região Metropolitana de Salvador, mostrando as características que marcam este grupo, relacionando-os com os ocupados com outros níveis educacionais, demonstrando as mudanças ocorridas entre os anos de 1997 e 2005. A escolha desses anos leva em conta dois fatores. O primeiro deles refere-se à divulgação sistemática e contínua dos dados coletados pela PED, sendo 1997 o primeiro ano pesquisado e 2005 o último, antes da realização deste trabalho. O segundo diz respeito ao crescimento no número de instituições de ensino superior privado nesta região, que aconteceu de forma mais intensa a partir deste primeiro ano. Assim, 1997 retrataria a sociedade numa época de menor acesso ao ensino superior enquanto que 2005 já contaria com os efeitos dessa expansão.

Além desta introdução, o trabalho apresenta mais quatro partes. O segundo capítulo aborda a questão do mercado de trabalho, suas principais características e alterações sofridas a partir do atual processo de reestruturação produtiva, globalização e abertura comercial promovida na década de 90, demonstrando a importância cada vez mais acentuada da educação enquanto requisito na obtenção de uma vaga de trabalho, além das principais teorias que tratam desse tema.

O terceiro capítulo pretende fazer uma rápida explanação sobre o histórico do sistema educacional brasileiro, demonstrando sua atuação perante a demanda da sociedade e as principais políticas governamentais de incentivo ao seu desenvolvimento, sobretudo no que se refere aos investimentos realizados. Aborda também a evolução do ensino superior no país ao longo dos últimos anos, demonstrando a crescente participação das instituições privadas de ensino superior neste processo.

O quarto capítulo traz os principais conceitos e indicadores utilizados para a análise do mercado de trabalho, apresentando a metodologia e os dados produzidos pela Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador, como forma de demonstrar a influência da educação no mercado de trabalho desta região.

Por fim, apresentam-se as principais conclusões obtidas a partir deste trabalho, retomando-se algumas questões discutidas ao longo dele. Além disso, é deixado um convite aos interessados para que se dê continuidade ao estudo cujo tema é de importância inquestionável para a sociedade.

Justifica-se a escolha dessa temática através da constatação de que a abordagem às questões sobre mercado de trabalho é extremamente interessante, atual e relevante, por se tratar de um fenômeno real cujas consequências afetam diretamente grande parte da população. Acredita-se que somente através da análise do problema é possível conhecer seus fatos geradores, suas influências na sociedade, criando alternativas ou soluções que tragam benefícios ao país como um todo.

2 MERCADO DE TRABALHO E EDUCAÇÃO

2.1 VISÃO GERAL DOS ASPECTOS ESTRUTURAIS

O principal problema social enfrentado pelos países no mundo inteiro hoje é o desemprego. Isso porque ele engendra outros problemas não menos graves como pobreza, falta de acesso a serviços de saúde e educação de qualidade, crescimento da marginalização e violência, que comprometem em muito a qualidade de vida do seu povo.

O crescimento nas taxas de desemprego tem sido considerado como resultado de dois processos simultâneos e complementares entre si, a saber, a modernização produtiva e a globalização. O primeiro processo consiste na evolução tecnológica empreendida pelas empresas e na reestruturação organizacional e das relações entre firmas. O segundo, conforme Sandroni (2004, p. 265), se configura no “fim das economias nacionais e a integração cada vez maior dos mercados, dos meios de comunicação e dos transportes.” (SANDRONI, 2004, p. 265).

A modernização produtiva tem atuado em três áreas distintas, dentro e fora das empresas. Primeiro, ela tem trazido para dentro das firmas novas técnicas produtivas, oriundas dos avanços principalmente em áreas de informática e telecomunicações, da microeletrônica e pela descoberta de novos materiais que têm gerado aumento na produtividade. Segundo, tem modificado as relações entre empresas, levando ao processo de terceirização, onde a empresa atribui a outras firmas as atividades de suporte, focando sua atenção na produção daquilo que ela apresenta evidentes vantagens competitivas. E, por fim, ela tem alterado as relações gerenciais e organizacionais, diminuindo os níveis hierárquicos, melhorando a coordenação entre os departamentos e possibilitando maior participação do trabalhador nas tomadas de decisão.

É neste sentido que Alves (1997, p. 125) afirma que:

as empresas inovadoras têm encorajado maior participação do trabalhador nos processos produtivo e decisório. Para esta nova tarefa, no entanto, é necessário maior conhecimento e capacitação. Trabalhadores com maior nível de escolaridade e melhor qualificação constituem-se na principal fonte dinâmica e permanente de ganhos de produtividade, condição necessária

para a democratização das relações de trabalho no interior da empresa. Essa visão estrutural do papel da educação dos trabalhadores para o aumento da competitividade internacional contrasta com a ótica parcial de solucionar os baixos níveis de produtividade do trabalho pela simples redução dos direitos e encargos trabalhistas, cujo efeito sobre a produtividade é temporário e inconsistente ao longo do tempo.

Diante desse quadro, o que se observa é que a oferta de empregos mudou de qualidade, pelo menos nos setores mais modernos e dinâmicos da economia. A competitividade não fica apenas no âmbito das empresas. Entre os trabalhadores também tem crescido a preocupação com a qualificação como credencial para a participação neste processo produtivo. A tendência é que os bons empregos sejam ocupados por pessoas com maiores níveis de escolaridade e que tenham a capacidade de se adaptar facilmente às mudanças tecnológicas e organizacionais empreendidas.

No Brasil, a modernização produtiva deu seus primeiros passos em meados da década de 80, mas foi com o agravamento da recessão econômica na década de 90 e a abertura do país ao comércio mundial, promovida pelo governo Collor, que as empresas tiveram que empreender os maiores ajustes, a fim de concorrerem com os produtos trazidos de fora.

Os países têm buscado rever suas posições diante desse novo contexto, na tentativa de garantir um espaço no comércio mundial, onde a disputa é cada vez mais acirrada, dada a queda das barreiras comerciais e aumento na competitividade. As empresas vêm tentando se modelar ao novo perfil exigido, de aumento na produtividade, seja pelo enxugamento nos seus gastos, seja pela incorporação de novas técnicas produtivas, como condição para a entrada ou permanência no mercado, agora mundial.

As conseqüências dessas transformações se configuram no insuficiente crescimento de novas vagas diante da quantidade de pessoas que ingressam no mercado formal de trabalho, na destruição de postos existentes e polarização dos empregos entre maus e bons, cabendo aos trabalhadores mais capacitados, via escolarização, a posse dos melhores empregos. As altas taxas de desemprego aberto e o aumento de empregos precários, marcados pela ausência de regulamentação, têm estimulado a expansão do número dos empregos de condição inferior.

O desemprego e a precarização das relações de trabalho trazem com eles alterações nas correlações de forças entre trabalhadores e empresários. Neste ponto, o diálogo entre governo

e os representantes dessas duas classes se torna essencial para a manutenção da estabilidade política e social. Cabe ao governo a criação de políticas macroeconômicas de desenvolvimento nacional e políticas de empregos específicas, que levem em consideração as diferenças regionais e setoriais do país.

Dessa forma, discutir políticas de emprego sem levar em consideração a questão da educação e da qualificação profissional sinaliza desconhecer o potencial criador e destruidor das significativas mudanças que a base tecnológica tem possibilitado, e também os ajustes que os novos processos gerenciais têm implementado na política de recursos humanos. (ALVES, 1997, p. 127).

Não significa dizer, contudo, que a qualificação seja suficiente para garantir um posto de trabalho ao indivíduo. Numa situação de crise econômica, de desemprego elevado, muitos estarão de fora do mercado de trabalho. No entanto, aqueles que apresentarem melhores atributos, como maior escolaridade e os benefícios que ela pode gerar, como facilidade de aprendizado e adaptação a novas situações, estarão com maiores e melhores chances de ganhar essa disputa. É neste sentido que a educação faz a diferença.

Assim, as políticas de educação e capacitação do trabalhador se apresentam como fundamentais para a criação de condições mínimas de empregabilidade¹ às pessoas que se encontram fora do mercado ou empregadas em setores de maior vulnerabilidade.

O alcance desta meta passa, fundamentalmente, pela melhora do ensino básico, pois só uma sólida base de educação geral permitirá ao indivíduo adquirir conhecimentos e habilidades específicas de uma ocupação e entender e incorporar mudanças rápidas e profundas que afetam os processos produtivos. (ALVES, 1997, p. 32).

Além das políticas públicas voltadas à capacitação geral e profissional, o governo tem implementado políticas pontuais de emprego, baseadas em alterações das leis trabalhistas, introdução de contratos coletivos de trabalho, apoio aos serviços públicos de emprego, entre outros. No entanto, essas alterações devem contemplar as diferenças de forças existentes entre trabalhadores e empresários dos diversos setores, garantindo o cumprimento de uma legislação mínima a todos eles e somente deixando sob responsabilidade de sindicatos e patrões a livre negociação naqueles setores onde exista um equilíbrio entre as influências desses atores.

¹ Entende-se por empregabilidade a capacidade de tornar-se empregável, manter-se competitivo em um mercado em mutação. Preparar-se, inclusive, para várias carreiras e diferentes trabalhos - às vezes, até simultâneos.

A discussão entre os três agentes (governo, trabalhadores e empresários) é, portanto, condição necessária para se formular políticas que venham amenizar os efeitos negativos da modernização produtiva sobre o mercado de trabalho, a fim de evitar a exclusão de parte da população desse processo.

A educação aparece, então, como instrumento de superação das barreiras impostas pelo contexto econômico que atuam no sentido de restringir a entrada dos indivíduos no mercado de trabalho. É neste sentido que surgem as teorias de capital humano e de segmentação do mercado de trabalho para explicar as influências que a educação exerce sobre essa dinâmica, conforme será tratado na seção seguinte.

2.2 TEORIA DO CAPITAL HUMANO E DE SEGMENTAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

A teoria do capital humano pode ser entendida como a teoria que pretende explicar a geração de riqueza através do conhecimento humano. Acredita-se que o conhecimento, enquanto “a capacidade de aplicar a informação a um trabalho ou a um resultado específico” (CRAWFORD, 1994, p. 21), é fator fundamental na criação de novas técnicas de produção, que reduzam custos e aumentem a produtividade. E maior produtividade é condição necessária na geração de mais riqueza. O conhecimento se configuraria, conseqüentemente, num capital, já que seria uma “riqueza empregada com o objetivo de se produzir mais riqueza” (CRAWFORD, 1994, p. 22).

Esta teoria se originou no pensamento neoclássico e tem por objetivo estudar e esclarecer, principalmente, a existência de diferenças salariais. Acredita-se que da mesma forma que as pessoas investem em ações de empresa e outros ativos com o intuito de auferir rendas maiores no futuro, também se investiria na formação do indivíduo, através da educação formal, entendida como o ensino geral ministrado em escolas, e/ou cursos de qualificação, basicamente treinamentos, a fim de se alcançar esse mesmo objetivo.

A idéia da teoria do capital humano afirma que um indivíduo com maior escolaridade recebe maiores rendimentos que outro tendo estudado menos; isso porque a produtividade do primeiro é maior que a do segundo. Assim,

a escola, como se fosse um departamento produtor de mão-de-obra qualificada, incorpora valor a seu produto, que, como qualquer outra mercadoria, irá tentar realizá-lo no mercado. Se conseguir, será porque sua maior *produtividade* permitirá o 'crescimento do excedente'. (SALM, 1980, p. 28-29).

Conforme Ehrenberg e Smith (2000) esse investimento pode ocorrer de três formas: através da educação e profissionalização, da migração e da busca de novos empregos, sendo que os três envolvem custos e são realizados na esperança de retornos financeiros futuros. Neste trabalho será discutida apenas a questão educacional.

A decisão de se investir em educação formal depende do próprio indivíduo ou da sua família, uma vez que ele ainda não ingressou no mercado de trabalho e, normalmente, não apresenta renda própria. O investimento dependerá, portanto, do financiamento familiar ou da oferta pública de ensino. Quando se trata de investimentos em treinamentos ou cursos de aperfeiçoamento, a decisão geralmente é tomada no âmbito da empresa, baseada em acordos implícitos ou explícitos entre trabalhadores e empresa sobre a apropriação dos custos e benefícios gerados pela qualificação.

A qualificação na esfera empresarial deverá levar em consideração dois aspectos. O primeiro diz respeito ao tipo de investimento em capital humano a ser realizado. Se a qualificação for pelo ensino formal, os custos tendem a cair sobre o trabalhador, pois as empresas temerão realizar esse tipo de financiamento, uma vez que demitido, o trabalhador poderá utilizá-la a serviço de outra empresa. Se a educação for a nível específico, como treinamentos e especializações, a situação se inverte, sendo menos interessante ao trabalhador arcar com essas despesas, pois, demitido, ela não servirá para a aquisição de outro emprego e dificilmente poderá ser aplicada em seu novo trabalho, dada sua especificidade.

O segundo aspecto trata da rotatividade da mão de obra. Quanto mais alta for a rotatividade do setor em que a empresa está inserida, menor o investimento tanto da empresa quanto do trabalhador em qualificação. A empresa não investirá num empregado que tende a não permanecer no seu quadro de funcionários e o trabalhador não se sentirá estimulado a se qualificar, pois não encontra sinais de progressão e/ou estabilidade no emprego.

Quando uma pessoa decide investir em educação formal, ela assume algumas despesas para concretizar esse fato. Entre elas estão os gastos diretos, como livros e mensalidades, e indiretos, como os custos de oportunidade, uma vez que ela poderia estar trabalhando ou fazendo qualquer outra atividade que lhe trouxesse alguma remuneração, além dos custos psicológicos, já que o estudo normalmente é difícil e enfadonho, além de envolver constantes avaliações, criando desgaste físico e emocional.

Com relação aos benefícios, eles podem ser de curto prazo, quando uma pessoa gosta de estudar e freqüentar aulas, fazendo da escola um bem de consumo; ou de longo prazo, consistindo nas expectativas de ganho futuro, refletido principalmente nos maiores salários obtidos por quem tem mais anos de escolaridade, pelo prestígio diante da sociedade ou pelas oportunidades de ocupar melhores cargos ou melhores empregos. O que mais é levado em conta, no entanto, são os ganhos financeiros provenientes do investimento em educação. Uma pessoa só estará disposta a investir em educação se ela tiver indícios de que será recompensada por isso e quanto maior a diferença entre seus ganhos e o de pessoas com menor escolaridade, maior a demanda por mais ensino.

Além disso, algumas outras características são observadas como influentes nesta demanda, tais como idade, custos diretos e orientação para o presente. Pela característica da idade, pode-se dizer que quanto mais jovem for o indivíduo, maior será sua propensão ao estudo, já que se imagina que o tempo para que ele possa usufruir desse benefício será maior, bem como a facilidade de aprendizado dessa pessoa também será maior. Pela ótica dos custos diretos pode-se dizer que quanto mais caro for estudar, menor será a demanda. Pela orientação para o presente tem-se que as pessoas que pensam no futuro acabam por investir mais em educação no presente.

Outro aspecto é quanto às condições financeiras das famílias. As mais ricas tendem a investir mais em educação do que as pobres, uma vez que elas contam com financiamento próprio, via redução do consumo imediato, enquanto que as outras dependem do mercado de capitais que, por ser imperfeito, restringe a participação dessas famílias carentes no mercado de crédito. Assim, a ação do Estado se faz necessária no sentido de evitar uma perpetuação da condição social existente, do ciclo vicioso de pobreza, já que os pobres não estariam tão bem preparados para as oportunidades que surgissem quanto os mais ricos.

Simplificando, pode-se dizer que a decisão de investimento ocorre quando o valor presente do benefício futuro da educação for pelo menos igual aos custos:

$$\frac{\sum Bi}{(1+r)^i} \geq C \quad (1)$$

onde B = benefício, r = taxa de desconto, i = anos e C = custos.

A teoria do capital humano, no entanto, é contestada em alguns aspectos. A proposição de que entre nível educacional e produtividade e produtividade e rendimentos do trabalho existe uma relação direta levanta críticas de alguns autores. É neste ponto que surge a teoria de segmentação do mercado de trabalho, que questiona a homogeneização deste mercado, atribuindo a essas diferenças um caráter marcante na determinação de salários. Para eles, mais educação não é condição suficiente para alcançar maiores salários.

Assim, conforme esta teoria, existem dois mercados, sendo um primário e o outro secundário.

Lima (1975) define o mercado primário como

caracterizado por hábitos de trabalho e empregos estáveis, salários relativamente altos, produtividade alta, progresso técnico, pela existência de canais de promoção dentro das próprias firmas, pelo oferecimento de treinamento no próprio trabalho ('on-the-job training'), promoção por antiguidade, etc. (LIMA, 1975, p. 20).

Por sua vez,

O mercado secundário é caracterizado por alta rotatividade da mão de obra, salários relativamente baixos, más condições de trabalho, baixa produtividade, estagnação tecnológica e níveis relativamente altos de desemprego. Empregos neste mercado exigem (e propiciam) pouco treinamento (do tipo geral), as oportunidades de aprendizagem no trabalho são virtualmente nulas, apenas um mínimo de qualificação é necessário. (LIMA, 1975, p. 20).

Lima (1975) apresenta ainda três causas para o processo de segmentação. A primeira se configura no que ele chama de ajuste alocativo. Uma empresa, a fim de atender à demanda do mercado, terá interesse em manter uma equipe de funcionários plenamente capaz de adaptar os níveis de produção aos níveis de demanda a serem satisfeitos e, para isso, apresentará melhores condições de trabalho para conservar esse grupo. Outro ponto é que trabalhadores com características próprias do mercado secundário não teriam chances de participar do mercado primário.

Mais ainda, os hábitos engendrados no trabalho são reproduzidos em casa: o sistema é tal que, uma vez que o trabalhador esteja no secundário, tanto ele quanto os seus herdeiros têm uma probabilidade altíssima de estarem para sempre ‘amarrados’ aquele segmento. (LIMA, 1975, p. 22).

Portanto, a segmentação neste caso se dá pela oferta de mão de obra, levando em conta as características pessoais e o comportamento dos trabalhadores.

A segunda razão tem seu enfoque na demanda por mão de obra. O mercado primário, ao utilizar técnicas avançadas de produção, substitui a mão de obra desqualificada por bens de capital e trabalhadores qualificados, aptos a lidar com essa tecnologia. Isso leva ao aumento na produtividade e na melhora das condições de trabalho neste mercado. Os trabalhadores mais qualificados serão requisitados pelo mercado primário enquanto que aos sem qualificação restará apenas o mercado secundário.

E na terceira

a ênfase é colocada na existência de diferentes classes sociais e na consequência disto para a segmentação do mercado de trabalho; é também destacada a responsabilidade do sistema educacional na manutenção de uma relativa imobilidade ocupacional (e social) intergerações. (LIMA, 1975, p. 28).

De acordo com esta visão, a segmentação seria fruto de um processo histórico onde alguns poucos detêm os meios de produção, determinando as taxas de acumulação e de participação do capital na produção, e os demais apenas sua força de trabalho a ser vendida ao capitalista.

A segmentação no mercado de trabalho seria responsável, então, pela maior ou menor remuneração do trabalhador, a depender de qual mercado ele estivesse inserido. Supondo níveis educacionais iguais, o trabalhador que alcançasse uma vaga de emprego no mercado primário, teria melhores salários que o trabalhador que fosse alocado no mercado secundário, dadas as características que marcam cada um desses mercados. A educação seria, portanto, apenas um critério de seleção na entrada no mercado, obtendo um cargo aqueles que apresentassem maiores níveis de escolaridade.

Por outro lado, a conquista de níveis cada vez maiores de educação também não se torna garantia de inserção e promoção no mercado de trabalho. Para Salm, “Como a estrutura

ocupacional está dada, não adianta expandir o sistema educacional, pois os egressos, dadas as barreiras que encontram, não teriam como materializar o eventual potencial produtivo adquirido na escola.” (SALM, 1980, p. 50). Este é o caso das mulheres, por exemplo, que apesar de terem um nível de escolaridade atualmente igual ou superior, em média, ao dos homens, têm maiores dificuldades na obtenção de um emprego ou promoção no cargo exercido.

A classe feminina tem aumentado sua participação no mercado de trabalho ao longo do tempo, chegando a representar mais da metade das vagas ocupadas em muitas áreas profissionais atualmente. No entanto, percebe-se que sua remuneração ainda é menor que a dos homens com a mesma formação e que ocupam o mesmo posto de trabalho.

A teoria do capital humano, entretanto, explica essa diferença pelo fato de que tanto as mulheres quanto os empregadores investem menos nelas por acharem que em algum período de sua vida profissional haverá uma ruptura, representada pela maior dedicação na criação dos filhos e atividade doméstica. Essa ruptura ocasionaria a depreciação do conhecimento acumulado através do estudo e de treinamentos promovidos pela empresa, o que induziria as mulheres a buscar áreas menos técnicas e menos susceptíveis a mudanças e atualizações (Ehrenberg e Smith, 2000).

As críticas apresentadas não desqualificam a teoria do capital humano, quando esta atribui à educação um papel importante na diferenciação dos trabalhadores. Mesmo que a escolaridade não seja desejada e reconhecida pelos empresários como meio de agregação de conhecimento, eles admitem o papel que ela desempenha como formuladora de hábitos e comportamentos pertinentes ao bom desempenho nos vários níveis da hierarquia empresarial. “Para eles, quem atinge níveis mais elevados do sistema educacional, está dando provas de que se sairá bem no emprego: será mais treinável, aceitará as regras de meritocracia.” (SALM, 1980, p. 51).

Deste modo,

O sistema educacional seria, então, apenas um imenso mecanismo de triagem e seleção utilizado pelas empresas. É evidente que por este caminho não se abala a construção neoclássica, pois, quanto às discriminações e barreiras, eles também lamentam as *imperfeições* que ainda subsistem num mundo cheio de maldades. E quanto ao credencialismo, não deixa de ser um argumento a favor do *valor econômico da educação*. (SALM, 1980, p. 50).

Sendo assim, a educação passa a ser, de uma forma ou de outra, um ponto de diferenciação entre trabalhadores, seja pelo conhecimento que ela agrega ao indivíduo, seja pela preparação do futuro trabalhador aos hábitos e comportamentos exigidos pela empresa. Aqueles que buscam uma vaga de trabalho pretenderão demonstrar aos empregadores que possuem essa característica e que estão aptos a desenvolver as atividades da empresa com sucesso.

Tabela 1 - Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade por sexo Brasil – 1960 / 1997					
Sexo	Média de anos de estudo				
	1960	1970	1980	1990	1997*
Homens	2,4	2,6	3,9	5,1	5,3
Mulheres	1,9	2,2	3,5	4,9	5,6

Fonte: Relatório PNUD. Censo/IBGE.

*Dados da PNAD, 1997, IBGE. Exclui a área rural da Região Norte

No Brasil, essa busca por mais escolaridade pode ser constatado através da tabela 1, onde são apresentadas as médias de anos de estudo da população masculina e feminina nos anos de 1960 a 1997. Nela, nota-se que em 1960, a média de anos de estudo era de quase dois anos para as mulheres e pouco mais que isso, para os homens. Em 1990, essa média subiu para quase cinco anos nos dois casos, sendo que os homens apresentavam um pouco mais de tempo de estudo que as mulheres nestes períodos. Em 1997, pelos dados da PNAD, as mulheres passaram a apresentar maior número de anos de estudo que os homens, chegando a 5,6 anos, enquanto eles ficavam em 5,3 anos. A média mais que dobrou em menos de 40 anos, demonstrando que a educação estava mais presente na vida das pessoas no Brasil.

O mesmo se pode dizer quando se observa a taxa de analfabetismo. De 1970 a 2000, ela caiu de 33,6% para 13,6%, confirmando a idéia de que as pessoas têm buscado maiores níveis de escolaridade, seja pela facilitação do acesso à escola, seja pelas exigências encontradas num mundo cada vez mais globalizado.

Tabela 2 - Taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais de idade Brasil – 1970 / 2000	
Anos	Taxa (%)
1970	33,60
1980	25,50
1991	20,10
2000	13,60

Fonte: IBGE: Síntese de Indicadores Sociais 2000.

Neste ponto a ação do Estado, como provedor de políticas públicas de educação, que estejam de acordo com as demandas da população, torna-se essencial. Ele deve ser capaz de perceber as novas exigências geradas pelo processo de desenvolvimento mundial e, em particular do Brasil. Mais que isso, deve ser responsável pela promoção de estudos que analisem as causas e possíveis conseqüências dessas transformações para, a partir daí, apresentar soluções para aqueles que ficam à margem do processo. Fogaça (1998, p.304) diz que:

sob este aspecto, o fraco desempenho do sistema educacional brasileiro poderá significar a escassez de pessoal com os requisitos básicos para um bom desempenho ou a marginalização de parcelas adicionais da população brasileira, na medida em que se reduza a necessidade de pessoal semiqualficado ou de pouca escolaridade.

Conforme se verá a seguir, o sistema educacional deve estar atento às mudanças que ocorrem ao longo do processo a fim de atender às demandas surgidas. A qualificação dos trabalhadores é pré-requisito para o crescimento econômico, uma vez que a educação gera inovações de produtos, processos e, com isso, qualidade de vida. Sendo assim, a busca por uma educação de qualidade e contínua se faz, portanto, fundamental para o desenvolvimento econômico e social do país.

3 SISTEMA EDUCACIONAL NO BRASIL

Ciente da crescente importância da educação na formação do cidadão, o sistema educacional brasileiro passou por marcantes etapas, onde buscou-se atender essas necessidades sociais. Diante da crescente demanda, ele seria o responsável pela oferta da educação formal, por meio de escolas e faculdades e também, em menor parte, pela qualificação profissional, através dos centros de formação técnica, conforme será apresentado no transcorrer deste capítulo.

3.1 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Os primeiros indícios de educação em nosso país, da forma como conhecemos hoje, baseada nos padrões europeus, datam de 1549, com a chegada do governador-geral Tomé de Souza e dos jesuítas ao Brasil. Este modelo vigorou pelos 210 anos seguintes e tinha como propósito propagar a fé católica ao novo mundo recém descoberto, através do ensino elementar das primeiras letras, cursos secundários de Letras e Filosofia e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para formação de sacerdotes.

Em 1759, com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, um novo momento se inicia na educação brasileira. Esta passa a ser desvinculada da religião, servindo principalmente aos interesses do Estado e se constituía em aulas régias, isoladas e autônomas, com professor único e sem articulação umas com as outras. Para financiamento deste sistema foi criado o “subsídio literário”, que se configurava numa taxa sobre alguns produtos para manutenção do ensino primário e médio.

Essa situação perdurou até 1808, com a chegada de D. João VI e a corte portuguesa. Neste momento houve investimentos no ensino técnico e no superior, sendo criadas a Academia da Marinha e a Academia Militar, para atender as necessidades de defesa militar do reino. No entanto a educação do povo, com estudos primários e médios, ficou esquecida.

Com a proclamação da república em 1889, esboça-se um novo perfil educacional, através de leis, decretos e atos institucionais que estabelecem critérios e diretrizes para o ensino

primário, secundário e universitário, com a defesa de uma escola pública, universal, gratuita e laica, ou seja, sem a influência e a orientação religiosa.

A Revolução de 1930, que marca o início do período da Segunda República, caracteriza a passagem progressiva de uma sociedade artesanal, pré-capitalista e agrário-comercial para urbano-industrial, implementando profundas transformações sociais, entre elas, a necessidade de adaptação da mão de obra para os novos mercados. O Estado passa a intervir sistematicamente na educação, criando o Ministério de Educação e Saúde Pública, em 1930, e o Conselho Nacional de Educação em 1931. A Constituição de 1934 institui a elaboração de um Plano Nacional de Educação, que coordene e controle o ensino em todos os níveis, dispondo, pela primeira vez, que a educação é direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos e tornando obrigatório e gratuito o ensino primário e facultativo o ensino religioso.

A nova Constituição de 1937 apesar de manter a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, introduz a distinção entre o trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual, enfatizando o ensino profissional, para as classes mais desfavorecidas, sugerindo a preparação de um maior contingente de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado. O ensino ficou composto, neste período, por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginasial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico. Foram criados ainda a União Nacional dos Estudantes - UNE e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos - INEP.

O período seguinte, que vai de 1945 a 1963, é marcado pela criação do Ministério da Educação e Cultura, em 1953, e da lei 4.024 (Lei de Diretrizes e Bases), em 1961, onde prevaleceram as reivindicações da Igreja Católica e dos donos de estabelecimentos particulares de ensino médio no confronto com os que defendiam o monopólio estatal para a oferta da educação aos brasileiros. Esta lei incorpora o princípio da equivalência, equiparando todos os ramos de ensino e permitindo tanto a circulação de um ramo para o outro quanto a continuidade dos estudos em níveis superior. Para Cignolli (1985, p.81):

essa lei, ao mesmo tempo que dilui formalmente a dualidade existente no ensino – cursos propedêuticos e cursos profissionalizantes – através da implantação de equivalência entre os cursos de nível médio, cria uma barreira intransponível: garante ao setor privado o controle do sistema.

A política educacional vigente no Regime Militar (1964 a 1985) espelhou bem o período, marcado pelo ideal de desenvolvimentismo nacionalista e também de forte repressão e controle das instituições e aparatos ideológicos. Assim, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF, em 1967, com o intuito de erradicar o analfabetismo no país. Em 1971, a lei 5.692 fixa novas diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus, criando um ensino fundamental de oito séries. Além disso, tornava obrigatória a iniciação para o trabalho, no 1º grau, e a habilitação profissional no 2º grau. A característica mais marcante desta Lei era tentar dar à formação educacional um cunho profissionalizante, pois se planejava fazer com que a educação contribuísse, de forma decisiva, para o aumento da produção brasileira.

A partir dos anos 70, com a reforma educacional, a rede de educação geral foi ampliada, mas manteve muitas crianças e jovens fora das escolas, por motivos inclusive geográficos, além de não resolver o problema da qualidade do ensino. Em geral, o tempo médio de formação ainda era maior que o necessário para se concluir o ensino médio e fundamental e havia o registro de expressivas taxas de evasão e repetência escolar. Para as séries do ensino básico, o crescimento no período 60-70, apesar de lento, era superior ao crescimento populacional, diminuindo o déficit escolar. O crescimento do ensino fundamental apresentou taxas um pouco mais elevadas, mas no período de 80 a 85 caiu em função principalmente da falta de investimentos por parte do governo.

Foram criadas também as escolas técnicas, oriundas das Escolas de Aprendizes Artífices fundadas em 1906, com o intuito de formar profissionais técnicos para atender a demanda do mercado de trabalho nacional. No entanto o que se constatou foi que os alunos formados pelas Escolas Técnicas estavam ingressando nas instituições de ensino superior e não no mercado de trabalho, que representava o objetivo principal dessas escolas. Isso causava desperdícios, afinal o curso técnico engendrava mais recursos que o curso geral. Por outro lado, observava-se que os alunos provenientes das escolas técnicas apresentavam melhor rendimento nas faculdades do que aqueles que vinham do ensino público geral.

Neste período também aconteceu a grande expansão das universidades no Brasil, principalmente entre os anos de 70 a 75. A Lei 5.540, que reformou o ensino superior, instituiu o vestibular classificatório, que visava acabar com os "excedentes", aqueles que tiravam notas suficientes, mas não conseguiam vaga para estudar. Em 1975 essa tendência de crescimento muda, tendo como um dos motivos a suspensão das autorizações para a abertura

de novos cursos em 1974, 1982 e 1985. Outro fato que contribuiu para essa queda foi a crise econômica geral do país, que reduziu a demanda pelos cursos superiores, já ofertados em mais de 60% por IES privadas.

De acordo com Fogaça (1998, p. 308-309), “as reformas de 1968 (ensino superior) e 1971 (ensino básico) contribuíram bastante para a atual crise educacional”, afirmando que a “rede pública de Escolas Normais que, tradicionalmente ofereciam um ensino de qualidade... passaram a receber, na maioria dos casos, os alunos menos capazes”. O mesmo aconteceu com as universidades públicas “perdendo muito em prestígio e qualidade e com uma progressiva redução da demanda”. (FOGAÇA, 1998, p. 308 e 309).

Em 1988, com a Constituição Cidadã, inicia-se uma nova etapa, caracterizada pela reorganização do ensino em bases mais democráticas, que culmina, em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9.394, a qual cria condições para a institucionalização dos Parâmetros Curriculares Nacionais, visando organizar e direcionar o Plano Nacional de Educação.

Assim, o sistema educacional brasileiro deixava claro sua concepção de que o pobre estava predestinado ao fracasso escolar, cabendo a ele o ensino profissionalizante, como preparação para as profissões de caráter manual e como forma de mantê-los ocupados e longe da marginalidade. Quanto aos ricos, que não precisavam se sustentar através do trabalho e que exerceriam as funções ditas nobres, caberiam as atividades intelectuais, reproduzindo, portanto, a situação em vigor. Outro problema é que esse sistema desvinculava a educação para o trabalho da educação geral, por achar que seus objetivos eram distintos e destinados a diferentes grupos sociais.

Daí surge uma discussão a respeito do papel da educação na sociedade. Uma corrente de pensamento atribui à educação o simples papel de reprodutora das condições vigentes na sociedade, onde ela seria apenas instrumento de preparação da classe trabalhadora para atender aos objetivos do capitalismo. Ela seria responsável pelo treinamento e condicionamento adaptativo da classe oprimida às condições de trabalho. No entanto, para Salm (1980), o acesso à educação representa, contraditoriamente, mais que isso. Não se pode esquecer de seu papel ideológico, como instrumento de conscientização da função desempenhada por cada ator na sociedade.

Ele aponta ainda que, para Marx, a educação apresenta uma natureza contraditória, pois “ao mesmo tempo que funciona como elemento de reprodução das classes sociais, sua expansão representa também uma conquista dos trabalhadores.” (SALM, 1980, p. 33)

Continuando, ele conclui que

a raiz do problema da educação está na crescente desvinculação entre educação e trabalho e não, como querem os críticos, na subordinação da escola ao capital. Esta separação leva o planejamento educacional, como é pensado entre nós, a uma contradição insolúvel entre o objetivo da democratização das oportunidades educacionais por um lado e a adequação ao mercado de trabalho por outro. Se se atende ao primeiro, não se atenderá ao segundo, pois o mercado requer um mínimo de educação para a maioria e o máximo para a minoria. E atender ao mercado de trabalho é também discriminar o acesso à educação. Enquanto os mundos do trabalho e da educação estiverem separados, não se resolve o impasse. (SALM, 1980, p. 35-36).

Assim, as políticas educacionais devem ter por objetivo preparar o aluno não só para enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais exigente, como também para conhecer e exercer seu papel de cidadão na sociedade. A qualificação profissional depende, sobretudo, de uma educação geral de qualidade, alcançada principalmente através da frequência à escola e do aprendizado que ela propicia.

3.2 ASPECTOS RECENTES DA EDUCAÇÃO

A crescente preocupação com a educação pode ser constatada através de quatro aspectos diferentes. O primeiro deles consiste num crescimento dos gastos públicos com educação. Em países industrializados, estes gastos chegam a aproximadamente 6% do PIB. No Brasil, percebe-se que o investimento ainda é inferior ao observado nesses países e, apesar de ter crescido ao longo dos anos apresentados, ficou em torno de apenas 4% do nosso PIB, conforme mostra a tabela 3. As maiores participações podem ser observadas para as regiões Norte e Nordeste, no ano de 1999, ultrapassando a média nacional, devido ao menor PIB que essas regiões apresentam.

Tabela 3 - Gasto Público com Educação como % do PIB - 1994 a 1999						
Brasil / Regiões / UF	1994	1995	1996	1997	1998	1999
BRASIL	3,9	3,9	3,8	3,8	4,2	4,3
Região Norte	4,5	5,0	4,8	5,6	6,8	6,8
Região Nordeste	5,2	5,8	5,1	5,7	7,1	7,4
Maranhão	8,3	9,4	5,9	10,0	12,8	12,5
Piauí	8,9	9,7	8,6	8,9	11,2	13,0
Ceará	5,5	5,7	4,8	5,5	6,8	7,1
Rio Grande do Norte	6,7	8,1	7,2	8,8	11,7	10,5
Paraíba	7,8	8,0	7,0	8,7	10,0	9,7
Pernambuco	3,6	4,5	3,7	4,3	5,0	5,1
Alagoas	4,6	6,8	5,5	6,1	7,4	8,4
Sergipe	5,8	7,0	6,4	6,0	7,0	8,0
Bahia	4,2	4,4	4,4	4,2	5,5	6,0
Região Sudeste	3,2	3,3	3,3	3,2	3,4	3,4
Região Sul	3,4	3,4	3,4	3,1	3,5	3,6
Região Centro-Oeste	4,3	4,6	5,2	4,6	5,1	5,5

Fonte: IPEA/DISOC, IBGE/MP & INEP/MEC.

Nota: 1) Gastos por nível de ensino incluem todas as suas modalidades.

2) Não inclui Inativo e Pensionista.

3) Dados do PIB do IBGE/MP

Quando se observa essa relação por níveis de ensino, nota-se que o ensino fundamental é responsável pela maior quantidade de recursos recebidos em termos de PIB, tanto para as séries que vão desde o 1^a até o 4^a ano, como para as de 5^a a 8^a, conforme explicitado na tabela 4.

Tabela 4 - Gasto Público como % do PIB, segundo Níveis de Ensino Brasil - 2000 a 2002			
Brasil / Níveis de Ensino	Anos		
	2000	2001	2002
Brasil	4,1	4,2	4,4
Educação Infantil	0,4	0,3	0,3
Ensino Fundamental 1 ^a a 4 ^a	1,3	1,3	1,3
Ensino Fundamental 5 ^a a 8 ^a	1,1	1,2	1,3
Ensino Médio	0,5	0,6	0,7
Educação Superior	0,8	0,8	0,8

Fontes: INEP/MEC, IPEA/DISOC e IBGE.

Notas: 1- Não inclui Inativos e Pensionistas.

2- Cálculos realizados a partir dos valores encaminhados para OECD/WEL.

3- Utilizou-se Gasto Direto: Pessoal Ativo, Encargos Sociais, Despesa de Custeio e Despesa de Capital.

O segundo ponto diz respeito às constantes reformas educacionais implementadas pelos governos a fim de resolver as crises no sistema educacional.

De modo geral, as reformas, mais voltadas para o nível secundário, visam, de um lado, ampliar os conteúdos de conhecimentos gerais em detrimento de uma formação especializada, que tende a ser oferecida em cursos pós-secundários e, por outro lado, buscam tornar os sistemas mais flexíveis, de modo a atender melhor às demandas de um mercado de trabalho cada vez mais imprevisível. (SALM, 1998, p. 237).

O terceiro aspecto está relacionado ao crescimento do envolvimento de empresários com a educação, com aumento nos gastos com treinamentos, educação tecnológica ampla e até mesmo educação geral. No entanto, essa tendência é normalmente observada em empresas de grande porte, com maior atuação no mercado internacional e, portanto, tecnologicamente mais dinâmicas, e em alguns poucos setores da economia, como o automobilístico e o de informática.

Por fim, o quarto e último ponto se configura na introdução da qualificação nas pautas de reuniões e reivindicações dos sindicatos de trabalhadores, uma vez que eles têm ganhado espaço no gerenciamento dos recursos destinados à formação profissional.

3.3 EVOLUÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A expansão do ensino superior no Brasil tem acontecido de forma surpreendente nos últimos 10 anos, principalmente entre as instituições privadas de ensino. Esse fenômeno pode ser explicado por alguns fatores.

O primeiro deles se refere às mudanças ocorridas nas relações de trabalho, onde o nível educacional tem ganhado destaque como fator determinante de empregabilidade e tem exercido grande influência na determinação de salários e no tempo de permanência do trabalhador na empresa. A exigência já é tanta, que Salm chega a afirmar que

A própria universidade vai deixando de ser a instância máxima para a formação das elites, assim como para a reflexão crítica, e transforma-se num mero terceiro grau de ensino. Em outras palavras, dissocia-se educação de escolaridade. Na realidade, não se requer mais educação. Apenas, maior permanência na escola, o que, de passagem, também serve para explicar a queda na qualidade do ensino nos níveis inferiores... (SALM, 1980, p. 52-53).

O segundo fator é explicado pelas mudanças ocorridas na política educacional do governo federal, onde as autorizações para a implantação de instituições de ensino superior foram

retomadas a partir do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). Esse fato contribuiu bastante para a abertura de novas instituições em todo o país.

Essa expansão contemplou principalmente os cursos de Ciências Humanas, sobretudo as Ciências Sociais Aplicadas, da qual fazem parte os cursos de Administração, Direito, Contabilidade e Economia. O menor investimento que esses cursos demandam é um dos fatores para esse crescimento, uma vez que seu funcionamento depende apenas de instalações físicas, ou seja, salas de aulas, de um acervo bibliográfico e professores, enquanto que os cursos das áreas de Engenharia e Tecnologia e de Ciências Biológicas exigem a disponibilidade de laboratórios e equipamentos sofisticados, que elevam bastante os custos de instalação e manutenção destes cursos.

Outra explicação para o crescimento desses cursos está relacionada às dificuldades encontradas no mercado de trabalho brasileiro com respeito à entrada e permanência nele. Assim, os cursos da área de Ciências Sociais Aplicadas preparariam o aluno não para ser um mero funcionário, mas para atuar também como empreendedor e profissional autônomo, através de uma visão mais humana, sistêmica, holística e globalizada, adquiridas mediante a formação nesses cursos.

Assim, o sistema educacional superior brasileiro vem tentando responder às demandas da sociedade por mais vagas, através da abertura de novas instituições de ensino superior e pela oferta de cursos voltados às necessidades do mercado de trabalho, em constante mutação.

Diante deste quadro, a apresentação de alguns dados sobre o ensino superior se faz necessária ao conhecimento da realidade. Estes foram extraídos do Censo da Educação Superior, produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, entidade vinculada ao Ministério de Educação e do Desporto - MEC.

Conforme discutido anteriormente, o mercado de trabalho tem buscado, cada vez mais, pessoas com maiores níveis de escolaridade, gerando um aumento considerável da demanda por cursos universitários. No entanto, a oferta desses cursos pelas instituições de ensino superior - IES públicas se encontra defasada, o que levou ao surpreendente crescimento das IES privadas.

Tabela 5 - Evolução do Número de Instituições de Ensino Superior por Categoria Administrativa Brasil - 1997 / 2003

Ano	Pública	Δ%	Privada	Δ%	Total	Δ%
1997	211	-	689	-	900	-
1998	209	-0,9	764	10,9	973	8,1
1999	192	-8,1	905	18,5	1.097	12,7
2000	176	-8,3	1.004	10,9	1.180	7,6
2001	183	4,0	1.208	20,3	1.391	17,9
2002	195	6,6	1.442	19,4	1.637	17,7
2003	207	6,2	1.652	14,6	1.859	13,6

Fonte: Deaes/INEP/MEC

Através da tabela 5, pode-se constatar este fato. Nela verifica-se que o crescimento das IES privadas é superior ao crescimento das IES públicas, estas apresentando inclusive, queda no período de 1997 a 2000. Pode-se notar também, através da tabela 6, que a participação das IES privadas já chega a quase 90% do total de IES no Brasil, no ano de 2003, colocando nosso país em sétimo lugar entre as nações do mundo com maior número de instituições de ensino superior privadas. Na Europa, a expansão do ensino superior ocorreu com mais intensidade no setor público.

Tabela 6 - Número e Percentual de Instituições de Ensino Superior, por Categoria Administrativa - Brasil - 2003

Instituições	Número	%
Pública	207	11,1
Privada	1.652	88,9
Total	1.859	100

Fonte: Deaes/INEP/MEC

Esse crescimento também pode ser percebido pelo número de vagas oferecidas por essas instituições. A situação é parecida: as IES privadas apresentam uma variação muito superior, chegando a ser quatro vezes maior que o das públicas em alguns anos, ao longo do período analisado (tabela 7):

Tabela 7 - Evolução do Número de Vagas nos Processos Seletivos, na Graduação Presencial, por Categoria Administrativa - Brasil - 1993 / 2003

Ano	Total	Δ%	Pública	Δ%	Privada	Δ%
1993	548.678	-	171.627	-	377.051	-
1994	574.135	4,6	177.453	3,4	396.682	5,2
1995	610.355	6,3	178.145	0,4	432.210	9
1996	634.236	3,9	183.513	3	450.723	4,3
1997	699.198	10,2	193.821	5,6	505.377	12,1
1998	803.919	15	214.241	10,5	589.678	16,7
1999	969.159	20,6	228.236	6,5	740.923	25,6
2000	1.216.287	25,5	245.632	7,6	970.655	31
2001	1.408.492	15,8	256.498	4,4	1.151.994	18,7
2002	1.773.087	25,9	295.498	15,1	1.477.733	28,3
2003	2.002.733	13	281.213	-4,8	1.721.520	16,5

Fonte: Deaes/INEP/MEC

Um fator que vem preocupando a sociedade é quanto a qualidade neste ensino. Dados do primeiro Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), que substituiu o Provão, mostram que as universidades privadas concentram o maior número de cursos que receberam os conceitos mais baixos, numa escala de 1 a 5. Dos 148 cursos que obtiveram os dois piores conceitos (1 e 2), 104 são de instituições privadas, o equivalente a 70,3%. As federais lideram no conceito mais alto, com 57%, enquanto as instituições privadas têm 18% de cursos com o conceito mais alto.

Conforme Salm (1980, p. 24), a universidade privada estaria voltada para aqueles com um menor preparo para a disputa das vagas ofertadas pelas universidades públicas, mas que reconhecessem a necessidade deste nível educacional como sendo, talvez, a única chance de mudança nas suas condições sociais, ou seja, ascensão a melhores níveis de renda. Por outro lado, por pertencerem a camadas mais pobres da população, essas pessoas precisariam trabalhar durante a permanência nas faculdades, demandando, portanto, cursos noturnos e de menor duração, o que tornaria inviável a conclusão do ensino superior na maioria das universidades públicas. Assim,

a universidade formadora das elites estaria salva no setor público e a *universidade de massa*, dando um ensino de segunda categoria, ficaria a cargo dos negócios privados. Não é preciso dizer que, em geral, os mais ricos teriam acesso às escolas públicas e os mais pobres, às outras. Não há como refutar esse tipo de colocação face às evidências. Mas acreditamos que a expansão vertiginosa do ensino superior privado fez com que se

exagerasse a dicotomia ensino público, bom x ensino privado, ruim. (SALM, 1980, p. 24).

Portanto, “a crise da educação é geral, independentemente da dependência administrativa.” (SALM, 1980, p. 25).

Considerando-se as regiões brasileiras, nota-se que as discrepâncias regionais, baseadas na má distribuição dos recursos do governo e do investimento privado, agravam em alguns pontos a situação dessas instituições. Tem-se na tabela 8 que, das 1859 IES do Brasil, 938, ou seja, mais de 50%, se encontra localizada na região sudeste. No nordeste estão 45,7% dos cursos que obtiveram conceito 4 e 13,6% dos que têm o 5. Ao mesmo tempo, essa é a região com o maior percentual de conceitos baixos: 5,4% no 1 e 11,4% no 2, o que demonstra uma grande polaridade.

Tabela 8 - Número de Instituições de Ensino Superior por Categorias Administrativas e Regiões Geográficas - Brasil - 2003						
Categoria Administrativa	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste	Total
Pública	15	52	81	36	23	207
Privada	86	252	857	270	187	1.652
Total	101	304	938	306	210	1.859

Fonte: Deaes/INEP/MEC

Observa-se também que o ingresso numa destas instituições não significa necessariamente a conclusão do curso. O número de matrículas supera em muito, o número de concluintes em qualquer das esferas institucionais, nos cursos de graduação presencial em 2003.

Tabela 9 - Número de Matrículas e Concluintes na Graduação Presencial - Brasil - 2003						
Estatísticas Básicas	Pública				Privada	Total Geral
	Federal	Estadual	Municipal	Total		
Matrículas	567.101	442.706	126.563	1.136.370	2.750.652	3.887.022
Concluintes	84.341	65.375	19.443	169.159	359.064	528.223

Fonte: Deaes/INEP/MEC

Na Bahia e na Região Metropolitana de Salvador a situação apresentada não é diferente. Conforme Almeida (2002), as primeiras instituições privadas se instalam aqui no início dos anos 50. Nos anos de 70 e 80 ocorre uma pequena expansão, mas é em 90 que acontece o *boom* das faculdades privadas, localizadas, sobretudo na RMS e pela expansão das vagas e

matrículas nas quatro instituições estaduais de ensino superior. A Bahia passa a representar 3,3% e 18,2% nos totais de matrículas no Brasil e no Nordeste, respectivamente.

Os efeitos dessa expansão sobre o mercado de trabalho são apresentados no capítulo seguinte, através dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador.

4 EDUCAÇÃO COM NÍVEL SUPERIOR: UMA APRESENTAÇÃO COM DADOS DA PED/RMS

4.1 METODOLOGIA E PRINCIPAIS CONCEITOS E INDICADORES² ANALISADOS

A Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Salvador (PED/RMS) busca produzir informações a respeito da estrutura e dinâmica do mercado de trabalho para os 10 municípios que compõem esta região. São eles Salvador, Lauro de Freitas, Simões Filho, Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, São Francisco do Conde, Vera Cruz, Itaparica e Madre de Deus.

A PED/RMS é realizada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, vinculada à Secretaria Estadual do Planejamento – SEPLAN e à Secretaria Estadual do Trabalho, Assistência Social e Esporte – SETRAS, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEADE e a Universidade Federal da Bahia – UFBA, através da Faculdade de Ciências Econômicas – FCE. Utiliza recursos orçamentários do tesouro do Estado da Bahia e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

A coleta é realizada através de um levantamento mensal e sistemático, em 2.500 domicílios da RMS, onde são entrevistados os moradores de 10 anos e mais de idade, num total de aproximadamente 9.000 questionários, que abordam questões sobre emprego, desemprego e rendimentos do trabalho.

Os dados produzidos permitem o acompanhamento de aspectos qualitativos e quantitativos das variáveis analisadas, servindo de subsídio para estudos sobre o mercado de trabalho, para a tomada de decisões por parte tanto de trabalhadores como de empresários e, principalmente, para o desenvolvimento de políticas públicas que venham a gerar o crescimento do emprego e da renda na região.

² Os conceitos apresentados são os utilizados pela PED em seu boletim mensal.

Alguns conceitos são comumente utilizados na divulgação dos dados pesquisados, como forma de classificação das variáveis e posterior comparação com os resultados de outras regiões. Esta seção tem por objetivo apresentar cada um desses conceitos, a fim de esclarecer ao leitor seus significados e impactos no estudo sobre o mercado de trabalho.

O primeiro deles é PIA, População em Idade Ativa, que corresponde às pessoas de dez anos e mais de idade. Em seguida temos a PEA, População Economicamente Ativa, ou seja, são aquelas pessoas que já têm algum trabalho ou estão à procura de um. Esquemáticamente, temos que $PEA = \text{Empregados} + \text{Desempregados}$. Já os Inativos representam as pessoas maiores de dez anos que não estão ocupadas nem em busca de emprego. Como exemplo, temos os aposentados, estudantes, donas de casa, presos e demais pessoas que poderiam estar pressionando o mercado de trabalho, mas não o fazem por diversos motivos. Assim, temos que $PIA = PEA + \text{Inativos}$, ou ainda, $PIA = \text{Empregados} + \text{Desempregados} + \text{Inativos}$.

Quanto aos ocupados, são todos os indivíduos que realizam algum trabalho remunerado de forma regular; os que exerceram algum trabalho irregular remunerado sem procura de trabalho diferente do realizado; além dos que trabalham em negócios de parentes, sem remuneração ou que recebam em espécie ou benefício, sem que também tenham procurado outro trabalho.

Já os desempregados são os indivíduos que estiveram efetivamente à procura de trabalho nos últimos trinta dias anteriores à pesquisa e que não tenham realizado nenhum trabalho nos últimos sete dias. Esse tipo de desemprego é considerado como desemprego aberto. Outra forma de desemprego, conhecido como desemprego oculto por trabalho precário, corresponde às pessoas que realizaram algum trabalho remunerado irregular, de forma ocasional e eventual, ou não remunerado em negócio de parentes e que procuraram um trabalho diferente do exercido. Por fim, tem-se o desemprego oculto por desalento, que representa os indivíduos desempregados, que não procuraram emprego nos últimos trinta dias por desestímulo do mercado de trabalho ou motivos aleatórios, mas o fizeram efetivamente nos últimos doze meses. Assim, $\text{desemprego total} = \text{desemprego aberto} + \text{desemprego oculto (por trabalho precário + por desalento)}$.

Um último conceito trabalhado pela PED é o de rendimento do trabalho, que engloba todo rendimento monetário bruto recebido pelo trabalho realizado no mês anterior ao da entrevista. No caso de empregadores e autônomos, considera-se a retirada mensal.

Quando se trata de indicadores, a PED apresenta três de significativa importância no estudo sobre o mercado de trabalho. O primeiro deles é a Taxa Global de Participação, que representa a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa, ou seja, PEA/PIA. Este indicador demonstra a proporção de pessoas de dez e mais anos que participam do mercado de trabalho, seja como empregado, seja à procura de emprego. De outra forma, essa taxa pode ser entendida como a pressão exercida pelas pessoas sobre o mercado de trabalho.

O segundo, é a Taxa de Desemprego Total, que demonstra a proporção de Desempregados no total da População Economicamente Ativa, isto é, Desempregados/PEA. Essa taxa leva em conta todos os tipos de desemprego trabalhados pela PED, quais sejam, desemprego aberto e desemprego oculto, tanto por desalento, quanto por trabalho precário. Assim, podemos reescrever a relação como $[\text{desemprego aberto} + \text{desemprego oculto (por desalento e por trabalho precário)}]/\text{PEA}$.

Cabe esclarecer que, em geral, a metodologia utilizada pela PED diverge da metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego – PME, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Neste ponto, a Taxa de Desemprego Total apresentada pela PED normalmente se apresenta superior a Taxa de Desemprego da PME/IBGE. Isso acontece porque a PED considera para o cálculo da sua taxa de desemprego, o desemprego aberto mais o desemprego oculto por trabalho precário e por desalento, enquanto que o IBGE só reconhece como desemprego, aquele em que a pessoa não realizou nenhum trabalho e esteve à procura de um. Assim sendo, taxa de desemprego calculado pela PME é equivalente apenas à taxa de desemprego aberto da PED.

As taxas de Participação e de Desemprego podem ainda ser calculadas especificamente para um determinado grupo, com uma característica pessoal particular, como cor, idade, sexo, etc. No caso da taxa de desemprego para homens, por exemplo, considera-se o número de homens desempregados em relação ao número de homens da PEA. Se a relação for para a Taxa de

Participação, considera-se o número de homens economicamente ativos em relação ao número de homens em idade ativa.

Por último, tem-se os Rendimentos, apresentados como rendimento médio e distribuição dos rendimentos. Neste trabalho, será analisado apenas o primeiro, que representa a média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal, calculada a partir dos valores nominais mensais, inflacionados pelo IPC/SSA até o último mês do trimestre abordado.

4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados aqui apresentados, conforme explicitado anteriormente, farão referência aos anos de 1997 e 2005, uma vez que o objetivo deste trabalho é analisar o perfil dos ocupados com nível superior de ensino nestes dois momentos, como forma de demonstrar a evolução dessas relações no período e as diferenças entre eles e os demais ocupados com outra formação educacional.

Assim, tem-se que a estimativa populacional oficial divulgada pelo IBGE para a RMS em 1997 era de 2.759.392 habitantes, enquanto que em 2005 essa estimativa era de 3.350.523 habitantes.

Percebe-se, portanto, que mais de 80% da população da RMS se encontrava em idade ativa nos anos de 1997 e 2005. Desta população, cerca de 50% exercia algum tipo de pressão sobre o mercado de trabalho e os outros 33% se encontravam na situação de inativos. Aproximadamente 40% da população em idade ativa estava ocupada e os outros quase 12%, desempregados. A maior variação observada no período ocorreu justamente nesta última classe, que cresceu 43,5% de 1997 para 2005, enquanto que o crescimento das demais populações não chegou a 27% (tabela 10).

**Tabela 10 - Estimativas Médias da População, PIA, PEA e Inativos
Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005**

Estimativas Populacionais	Em 1.000 pessoas				
	Anos		Varição %	% da Pop Total	
	1997	2005	2005/1997	1997	2005
População Total	2.759	3.351	21,5	100	100
População em Idade Ativa	2.260	2.810	24,3	82	84
População Economicamente Ativa	1.354	1.717	26,8	49	51
Desempregados	292	419	43,5	11	13
Ocupados	1.061	1.298	22,3	38	39
Indústria	89	121	36,0	3	4
Comércio	190	209	10,0	7	6
Serviços	615	789	28,3	22	24
Outros (1)	167	179	7,2	6	5
Inativos	906	1.093	20,6	33	33

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Construção Civil, Serviços Domésticos, e Outras Atividades.

Nota: A partir de fevereiro de 2001 as projeções da população foram ajustadas com base nos resultados do Censo de 2000.

A partir de janeiro de 2002 as projeções da população em idade ativa foram ajustadas com base nos resultados do Censo 2000.

Analisando a distribuição da PIA por nível de instrução, conforme tabela 11, nota-se que, em 1997, mais de 50% da população em idade ativa era composta por pessoas com o ensino fundamental incompleto. Em 2005, essa categoria sofreu expressiva redução, passando a representar apenas 37,2% da PIA. Decresceu também a participação dos analfabetos em mais de dois pontos percentuais, enquanto que os demais níveis de escolaridade apresentaram crescimento. O mais significativo deles aconteceu para as pessoas com ensino médio completo e superior incompleto, que alcançou 11,5 pontos percentuais para o período.

**Tabela 11 - Distribuição da População em Idade Ativa por nível de instrução
Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005**

Graus de Instrução	Em porcentagem	
	Anos	
	1997	2005
Analfabetos/S.E.(1)	6,8	4,2
Ensino fundamental incompleto	50,6	37,2
Ensino fundamental completo + Ensino médio incompleto	15,2	18,3
Ensino médio completo + Ensino superior incompleto	21,6	33,1
Superior completo	5,8	7,1
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Analfabetos e sem escolaridade declarada.

Essa tabela demonstra uma tendência que já vem sendo observada cotidianamente, a de crescimento na escolaridade média da população acima de dez anos de idade, notadamente na

conclusão do ensino médio e ingresso no superior. Apesar disso, infelizmente apenas 7,1% dessa população conseguiu concluir o nível de ensino superior em 2005.

A tabela 12 apresenta a Taxa de Participação segundo os atributos pessoais, ou seja, a participação da População Economicamente Ativa na População em Idade Ativa. Selecionando o atributo sexo, inicialmente, temos que os homens apresentam uma taxa de quase 70%, superior à taxa feminina que é de 51,9%. Significa que, dos homens com mais de 10 anos, 69,3% está trabalhando ou à procura de emprego. Essa diferença ainda é resultado de uma cultura nacional e regional machista, onde cobra-se mais do homem sua inserção no mercado de trabalho que da mulher, uma vez que sobre ela recai a responsabilidade pelo lar e pela família. No entanto, em 2005 a participação das mulheres cresceu 5,4%, enquanto que a dos homens caiu em 1,2%, o que demonstra uma aproximação, ainda que pequena, nessas taxas.

Partindo para o atributo cor, nota-se um forte crescimento, de 7,2%, na participação dos brancos no mercado de trabalho, quase igualando sua taxa com a dos negros, que se apresenta em aproximadamente 61%. Cabe ressaltar que a definição da cor do indivíduo se dá, no caso da PED, pela captação visual que o entrevistador faz do entrevistado, e que na classe de negros considera-se todos aqueles declarados como da cor parda ou negra.

Os dados apresentados para a participação quanto à posição no domicílio, indicam uma nova forma de composição do orçamento familiar, onde a participação dos chefes teve uma queda de 4,9% enquanto que a de cônjuges e filhos cresceu em 3,2% e 10,3%, respectivamente. Em outras palavras, pode-se dizer que está havendo uma preocupação maior de cônjuges e filhos em tomar parte no mercado de trabalho, seja por interesse voluntário e pessoal, quanto por imposições da vida moderna, onde a ajuda financeira oriunda de um trabalho se faz necessária para o equilíbrio orçamentário do lar. Em 1997, 48,4% dos filhos em idade ativa buscavam ou já tinham alcançado uma vaga de trabalho e em 2005 essa proporção sobe para 53,4%. Para os chefes, essas taxas são de 75,9% em 1997 e de 72,2% em 2005.

Considerando-se a faixa etária, observa-se, como era de se esperar, que as pessoas de 18 a 59 anos têm as maiores taxas de participação, em torno de 70%, sendo que de 25 a 39 anos ela chega a aproximadamente 84%. É interessante notar que essa participação decresce consideravelmente para as faixas de 10 a 14 anos (queda de 69,9%) e de 15 a 17 anos (queda

de 32,2%), possivelmente pela influência de políticas públicas de combate ao trabalho infantil e busca pela maior escolarização dessa faixa etária.

Tabela 12 - Taxas de Participação, segundo Atributos Pessoais Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005			
Atributos Pessoais	Em porcentagem		
	Anos		Variação
	1997	2005	2005/1997
TOTAL	59,9	61,1	2,0
Sexo			
Homens	69,3	68,5	-1,2
Mulheres	51,9	54,7	5,4
Cor / Raça			
Branços	56,6	60,7	7,2
Negros	60,8	61,2	0,7
Posição no Domicílio			
Chefe	75,9	72,2	-4,9
Demais	53,0	55,4	4,5
Cônjuge	56,8	58,6	3,2
Filho	48,4	53,4	10,3
Outros	60,1	55,7	-7,3
Faixa Etária			
De 10 a 14 Anos	10,3	3,1	-69,9
De 15 a 17 Anos	39,1	26,5	-32,2
De 18 a 24 Anos	74,1	73,9	-0,3
De 25 a 39 Anos	83,5	84,1	0,7
De 40 a 59 Anos	71,6	70,3	-1,8
De 60 Anos e Mais	19,2	17,4	-9,4
Nível de Instrução			
Analfabeto/S.E.(1)	44,0	32,7	-25,7
Ensino Fundamental Incompleto	50,5	45,0	-10,9
Ensino Fundamental Completo+Ensino Médio Incompleto	64,2	63,3	-1,4
Ensino Médio Completo+Ensino Superior Incompleto	77,7	77,2	-0,6
Superior Completo	84,2	81,7	-3,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Analfabetos e sem escolaridade declarada.

Avaliando o último atributo apresentado pela tabela, a escolaridade, nota-se que a taxa de participação vem caindo para todos os níveis, sendo que para os analfabetos e sem escolaridade declarada a queda é de 25,7%, seguida pelo ensino fundamental incompleto, com decréscimo de 10,9%. No entanto, a classificação se mantém, com o nível superior completo alcançando a maior taxa, de 81,7% em 2005, e as demais, decrescendo conforme diminui a escolaridade. Diante disso, pode-se constatar que quanto maior a escolaridade, maior a busca ou inserção no mercado de trabalho. Dito de outra forma, as pessoas com maiores níveis educacionais se sentem mais motivadas em pressionar o mercado de trabalho, provavelmente por acreditarem que obterão êxito em sua tentativa.

A tabela 13 traz a taxa de desemprego segundo os mesmos atributos da tabela anterior. Cabe lembrar que essa taxa representa as pessoas desempregadas com dada característica no total de pessoas economicamente ativas da mesma categoria.

Tabela 13 - Taxas de Desemprego, segundo Atributos Pessoais Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005			
Atributos Pessoais	Anos		Em porcentagem
	1997	2005	Variação 2005/1997
TOTAL	21,6	24,4	13,0
Sexo			
Homens	20,1	21,3	6,0
Mulheres	23,3	27,8	19,3
Cor / Raça			
Branços	17,0	17,2	1,2
Negros	22,7	25,5	12,3
Posição no Domicílio			
Chefe	13,0	14,8	13,8
Demais	27,1	30,9	14,0
Cônjuge	19,9	24,3	22,1
Filho	34,0	36,1	6,2
Outros	21,2	27,8	31,1
Faixa Etária			
10 a 14 Anos	31,6	(1)	-
15 a 17 Anos	43,1	49,7	15,3
18 a 24 Anos	32,7	40,6	24,2
25 a 39 Anos	18,2	22,3	22,5
40 anos e mais	11,8	13,2	11,9
Nível de Instrução			
Analfabeto	18,1	20,3	12,2
Ensino Fundamental Incompleto	25,5	27,6	8,2
Ensino Fundamental Completo + Ensino Médio Incompleto	27,3	32,6	19,4
Ensino Médio Completo + Ensino Superior Incompleto	17,3	22,8	31,8
Superior Completo	6,6	7,1	7,6

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

(-) Dados não disponíveis.

Assim, constatamos que as mulheres apresentam maiores taxas de desemprego que os homens e tiveram um crescimento significativo de 19,3% entre os anos analisados. O mesmo se pode dizer sobre a condição dos negros no mercado de trabalho. A taxa para essa categoria é de 25,5% em 2005, com um aumento de 12,3% em relação a 1997.

Quanto à posição no domicílio, o maior nível de desemprego acontece para os filhos, chegando a 36,1% no último ano estudado. A variação para essa classe, no entanto, foi a

menor entre as demais do grupo, ficando em 6,2%. Os jovens também são bastante afetados pelo desemprego. Entre 15 e 17 anos, o desemprego chega a quase 50% em 2005, seguido pelos jovens de 18 a 24 anos, com taxa de 40,6% e crescimento de 24,2%, o maior observado entre 1997 e 2005. Na medida em que a idade aumenta, a taxa de desemprego cai, atingindo 13,2% para as pessoas com 40 anos ou mais.

Levando em conta o nível de instrução, constata-se que o maior crescimento na taxa de desemprego, entre os anos analisados, acontece entre os que têm ensino médio completo e superior incompleto, sendo este de 31,8%. Essa variação pode ser explicada pela elevação da participação dessa categoria na população em idade ativa, que conforme apresentado na tabela 11, era de 21,6% e foi para 33,1%. O crescimento na escolaridade não foi acompanhado pela abertura de vagas no mercado de trabalho destinado a essas pessoas com maiores níveis de instrução, gerando os índices observados.

É importante notar que a menor taxa de desemprego acontece entre aqueles que completam o ensino superior, em ambos os anos pesquisados. Esta atinge apenas, se comparada com as demais taxas, 7,1% das pessoas que compõem essa categoria, em 2005.

Tabela 14 - Distribuição dos Ocupados por Nível de Instrução Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005		
Graus de Instrução	Em porcentagem	
	Anos	
	1997	2005
Analfabetos/S.E.(1)	5,2	2,4
Ensino fundamental incompleto	40,5	26,3
Ensino fundamental completo + Ensino médio incompleto	15,1	16,9
Ensino médio completo + Ensino superior incompleto	29,5	42,7
Superior completo	9,7	11,6
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Analfabetos e sem escolaridade declarada.

Entre os ocupados, distribuídos de acordo com o grau de instrução, apresentado na tabela 14, pode-se perceber importantes mudanças de 1997 para 2005. A participação dos analfabetos e dos que possuem o ensino fundamental incompleto caiu bastante no período, ficando reduzida quase que à metade. Para os que completaram o ensino fundamental e não concluíram o médio, houve crescimento, porém pequeno. Já entre as pessoas com ensino médio completo e

superior incompleto houve o maior crescimento na participação, transferindo essa categoria de segunda para primeira colocada em número de ocupados. A classe de pessoas com nível superior também apresentou um pequeno crescimento.

Um dado interessante, diz respeito ao número de horas semanais trabalhadas declaradas pelos ocupados. Nota-se, de acordo com a tabela 15, que as horas trabalhadas tendem a cair com o aumento do nível de escolaridade, uma vez que os analfabetos trabalhavam, em média, 45 horas semanais em 2005, enquanto que as pessoas com nível superior completo apenas 38 horas.

Graus de Instrução	Horas semanais (1)	
	1997	2005
Analfabetos/S.E.(2)	46	45
Ensino fundamental incompleto	45	45
Ensino fundamental completo + Ensino médio incompleto	44	44
Ensino médio completo + Ensino superior incompleto	41	42
Superior completo	38	38
Total de ocupados	43	43

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Exclusive os ocupados que não declararam horas trabalhadas ou declararam zero hora.

(2) Analfabetos e sem escolaridade declarada.

A tabela 16 apresenta a distribuição do total de ocupados e dos ocupados com nível superior completo para os anos tratados. A partir dela pode-se observar importantes diferenças entre as duas classes de ocupados.

A primeira delas é quanto a participação dos homens. Entre o total de ocupados eles são maioria, com mais de 54% nos dois anos, mas no caso dos ocupados com nível superior, essa situação se inverte, e as mulheres passam a ocupar 53,6% das vagas. Esse fato pode ser explicado pela maior escolaridade média apresentada pelas mulheres.

Em seguida, na análise quanto a cor, pode-se notar um considerável crescimento na participação dos negros nos dois casos analisados. No primeiro grupo, tanto em 1997 quanto em 2005, os negros ocupavam a maioria das vagas de trabalho, com 79,9% e 85,5%, respectivamente. No entanto, para o grupo de ocupados com nível superior, eles eram minoria

em 1997, com 47,7% contra 52,4% dos brancos, mas essa condição é mudada, e os negros passam a ocupar 64,8% das vagas contra 35,1% dos brancos.

Por fim, para a distribuição quanto a idade, percebe-se que a maioria das vagas ocupadas em ambos os casos são por pessoas de 25 a 39 anos. As pessoas de 40 a 55 anos têm maior participação na ocupação de vagas de trabalho quando concluem o ensino superior. Neste caso, em 2005 elas ocupavam 40,3% dos postos e para o total de ocupados esse percentual não alcança 30%. Para as pessoas com 56 anos e mais essa situação se repete, sendo que a participação é de 6,4% em 2005 para o primeiro grupo e 10,7% para o segundo.

**Tabela 16 - Distribuição dos Ocupados e Ocupados com Nível Superior por Atributos Pessoais
Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005**

Atributos Pessoais	Em porcentagem			
	Ocupados		Ocupados com nível superior	
	1997	2005	1997	2005
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo				
Masculino	54,4	54,1	45,9	46,4
Feminino	45,6	45,9	54,1	53,6
Cor				
Negra	79,9	85,5	47,4	64,8
Branca	20,0	14,5	52,4	35,1
Faixa Etária				
10 a 17 anos	6,4	2,2	-	-
18 a 24 anos	19,9	18,3	-	-
25 a 39 anos	42,8	43,2	46,4	44,6
40 a 55 anos	25,3	29,9	42,1	40,3
56 anos e mais	5,6	6,4	8,2	10,7

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(-) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Um dado muito interessante é apresentado na tabela 17. Entre o total de ocupados percebe-se que mais de 80% recebe até 1.050 reais, enquanto que para os ocupados com nível superior essa proporção despenca para 26%, em 2005. Neste caso, as diferenças são alarmantes, pois se trata de intervalos de renda onde a grande maioria das pessoas ocupadas, quando não se considera o grau de escolaridade delas, se encontra na faixa mais baixa. Ou seja, nota-se uma forte concentração dessas pessoas obtendo os piores rendimentos apresentados.

À medida que aumenta a faixa de renda, cai a proporção de ocupados em geral, sendo que, em 2005, de mais de R\$ 1.050 até R\$ 2.100 ela fica em 10,9%, de mais de R\$ 2.100 até R\$ 3.150, em apenas 3,6% e mais de R\$ 3.150 em 4% das pessoas. Para os ocupados com nível superior, essa proporção é um pouco melhor distribuída. 32,2% das pessoas recebem mais de R\$ 1.050 até R\$ 2.100, 16,7% recebem mais de R\$ 2.100 até R\$ 3.150 e 25,1% recebem mais de 3.150 reais, no ano de 2005. Chega-se à conclusão, portanto, que apesar da obtenção do nível superior não ser garantia de melhores salários, ela acresce as chances do indivíduo em alcançar patamares mais altos de renda, conforme indica a teoria do capital humano.

Tabela 17 - Distribuição dos Ocupados (1) e Ocupados com Nível Superior (2) por Faixa de Renda Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005

Faixa de renda (3)	Em porcentagem			
	Ocupados		Ocupados com nível superior	
	1997	2005	1997	2005
Até R\$ 1.050,00	76,9	81,5	21,0	26,0
Mais de R\$ 1.050,00 até R\$ 2.100,00	12,3	10,9	28,7	32,2
Mais de R\$ 2.100,00 até R\$ 3.150,00	4,8	3,6	17,2	16,7
Mais de R\$ 3.150,00	5,9	4,0	33,1	25,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Exclui os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no período, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no período e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(3) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Agosto - 2006.

Na distribuição do total dos ocupados por faixa de renda segundo atributos pessoais (tabela 18), observa-se que os homens são maioria em 2005 e aumentam sua proporção à medida que cresce a renda auferida. O mesmo acontece com os negros, mas neste caso a proporção tende a cair com o aumento das faixas de rendimento. Quanto às classes de idade, a faixa de renda mais baixa é recebida na maioria por pessoas de 25 a 39 anos e as mais altas por pessoas de 40 a 55 anos, sendo que em 2005 a diferença na proporção entre as classes de ocupados foi ainda maior.

Tabela 18 - Distribuição dos Ocupados por Faixa de Renda por Atributos Pessoais (1)
Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005

Em porcentagem

Atributos	1997				2005			
	Faixa de renda (2)				Faixa de renda (2)			
	Até R\$ 1050	> R\$ 1.050,00 até R\$ 2.100,00	> R\$ 2.100,00 até R\$ 3.150,00	Mais de R\$ 3150	Até R\$ 1050	> R\$ 1.050,00 até R\$ 2.100,00	> R\$ 2.100,00 até R\$ 3.150,00	Mais de R\$ 3150
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo								
Masculino	49,6	62,0	65,4	73,0	50,1	61,5	62,8	73,0
Feminino	50,4	38,0	34,6	27,0	49,9	38,5	37,2	27,0
Cor								
Negra	85,9	70,5	60,4	49,3	89,4	76,0	63,0	58,0
Branca	14,1	29,4	39,3	50,4	10,6	23,9	37,0	42,0
Faixa Etária								
10 a 17 anos	6,7	-	-	-	2,6	-	-	-
18 a 24 anos	24,3	7,3	-	-	21,7	5,8	-	-
25 a 39 anos	42,7	51,4	50,3	42,0	44,5	46,0	38,2	34,8
40 a 55 anos	21,2	35,7	40,0	47,7	25,8	40,7	47,4	51,5
56 anos e mais	5,1	5,4	-	-	5,3	7,5	-	-

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Excluídos os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no período, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Agosto - 2006.

(-) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Quando se faz essa mesma análise, de acordo com a tabela 19, para os ocupados com nível superior por sexo, nota-se que os homens são minoria para as faixas de renda mais baixas, apresentando em 2005 30,3% para a de até R\$ 1.050,00, 36,4% para a que vai de R\$ 1.050,00 até R\$ 2.100,00, 47,4% para a de R\$ 2.100,00 até R\$ 3.150,00 e mudam a situação na última faixa, de mais de R\$ 3.150,00 ficando com 67,4% da participação em relação às mulheres.

Em 1997, os negros ocupados com nível superior representavam 55,7% e 54,8% para as duas piores faixas de renda deste estudo e iam perdendo participação à medida que a renda aumentava. Em 2005, no entanto, eles aparecem como maioria em todas as faixas, mas não conseguem reverter a tendência de queda da participação com elevação da renda.

Tabela 19 - Distribuição dos Ocupados com Nível Superior por Faixa de Renda por Atributos Pessoais (1)
Região Metropolitana de Salvador - 1997 / 2005

Atributos	Em porcentagem							
	1997				2005			
	Faixa de renda (2)				Faixa de renda (2)			
	Até R\$ 1050	> R\$ 1.050,00 até R\$ 2.100,00	> R\$ 2.100,00 até R\$ 3.150,00	Mais de R\$ 3150	Até R\$ 1050	> R\$ 1.050,00 até R\$ 2.100,00	> R\$ 2.100,00 até R\$ 3.150,00	Mais de R\$ 3150
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Sexo								
Masculino	-	29,9	46,5	62,9	30,3	36,4	47,4	67,4
Feminino	72,2	70,1	53,5	37,1	69,7	63,6	52,6	32,6
Cor								
Negra	55,7	54,8	45,1	40,0	69,3	65,6	56,6	55,2
Branca	44,1	45,1	54,7	59,4	30,7	34,3	43,4	44,8
Faixa Etária								
18 a 24 anos	-	-	-	-	-	-	-	-
25 a 39 anos	52,0	51,9	52,0	39,1	55,7	49,0	40,1	36,8
40 a 55 anos	34,8	38,0	37,1	49,9	26,8	37,7	45,0	49,2
56 anos e mais	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED RMS - SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Excluídos os assalariados que não tiveram remuneração no período e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

(2) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Agosto - 2006.

(-) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Apesar da falta de informação para algumas faixas etárias, pode-se notar que os adultos mais jovens, de 25 a 39 anos, assumem a maior proporção dos ocupados com nível superior com as menores rendas. Isso acontece em 1997 para as três faixas mais baixas e em 2005 para as duas primeiras, sendo as de melhores remunerações ocupadas na maioria por pessoas de 40 a 55 anos.

Assim, verifica-se que a posição daquelas pessoas que concluíram o nível superior se apresenta um pouco mais confortável do que a situação apresentada para as demais faixas de escolaridade, o que vem confirmar empiricamente a teoria do capital humano, que afirma que mais estudo é responsável por melhores condições no mercado de trabalho, como melhores rendas, menores jornadas e maiores participações entre os ocupados.

5 CONCLUSÃO

O mercado de trabalho, no Brasil e no mundo, tem sofrido grandes modificações ao longo dos últimos anos. A globalização, enquanto responsável pela queda nas barreiras comerciais e, portanto, abertura dos mercados ao comércio internacional, e a modernização produtiva, enquanto fator de transformação nas relações de produção, de organização empresarial e entre firmas, têm se apresentado como principais responsáveis pelo crescimento nas taxas de desemprego.

Com o acirramento da competitividade entre empresas, cresce também a disputa na obtenção de uma vaga de trabalho, onde apenas os melhores terão sucesso. Assim, o principal critério de seleção utilizado pelas empresas no momento da contratação tem sido a escolaridade. Esta desempenha não apenas o papel de agregar conhecimento seja ele geral ou específico, mas também o de preparar o trabalhador para o mercado de trabalho, moldando sua conduta e comportamento às normas exigidas pelas empresas.

Neste sentido, a discussão entre governos, trabalhadores e empresários se faz indispensável para a formulação de propostas que venham a amenizar os efeitos gerados por estes processos. Políticas públicas educacionais precisam ser implementadas a fim de preparar e re-qualificar aqueles trabalhadores que se encontram à margem dessa disputa.

O sistema educacional se apresenta, portanto, como um componente neste processo. Sua atuação no Brasil, ao longo do período apresentado, tem acontecido no sentido de distinguir o tipo de educação a ser oferecida de acordo com a classe social do demandante. Para os pobres, uma educação profissionalizante, voltada para o mercado de trabalho, enquanto que para os ricos, uma educação voltada para a inserção em níveis superiores de educação, de preparação para funções de condução das massas.

Tem havido uma corrida dos trabalhadores em busca de melhores níveis de escolaridade, por se acreditar que melhores empregos e salários serão alcançados mediante a posse desse atributo. E os dados apresentados para a Região Metropolitana de Salvador corroboram este fato.

Em 1997, 50,6 % da População em Idade Ativa era composta por pessoas com o ensino fundamental incompleto. Em 2005 essa classe sofreu redução na sua participação, ficando em 37,2% da PIA, enquanto que as pessoas com ensino médio completo e superior incompleto passaram de 21,6% para 33,1%. No entanto, apesar de crescer em relação a 1997, apenas 7,1% da PIA tinha concluído o nível superior.

Quanto ao desemprego, a menor taxa verificada acontece entre aqueles que completam o ensino superior, em 2005 ficando em apenas 7,1%, ao tempo em que para os que têm ensino médio completo e superior incompleto essa taxa foi de 22,8%, ensino fundamental completo e médio incompleto de 32,6% e fundamental incompleto de 27,6%.

Entre os ocupados, verificou-se um crescimento na participação dos três melhores níveis de escolaridade. Já a participação dos analfabetos e dos que possuem o ensino fundamental incompleto ficou reduzida quase que à metade.

Outra observação importante foi com relação às horas trabalhadas no trabalho principal. Elas tendem a cair com o aumento do nível de escolaridade, variando de 45 horas semanais para os analfabetos a 38 horas para as pessoas com nível superior completo.

Analisando os dados por faixas salariais, tem-se que, em 2005, mais de 80% ocupados em geral recebia até 1.050 reais demonstrando uma forte concentração dessas pessoas nos piores rendimentos, enquanto que para os ocupados com nível superior essa proporção desabava para 26%. Conforme foi observado, a distribuição dos ocupados com nível superior entre as faixas salariais apresentadas acontece de forma menos acentuada que no caso da outra classe de ocupados. Assim, pela análise dos dados, os trabalhadores que apresentam nível superior acabam por: auferir rendimentos em média mais elevados, trabalhar menos horas e em geral alcançar uma vaga de emprego.

Diante dessas alterações, o crescimento do número de instituições privadas de ensino superior tem sido alarmante, chegando a representar cerca de 90% do total de instituições. Elas têm buscado atender a demanda nacional por educação superior, uma vez que a oferta pública ficou estagnada nos últimos anos. Com isso, a média de anos de estudo tem crescido, elevando a escolaridade entre os ocupados. Mas até que ponto a permanência nas escolas torna o trabalhador melhor, mais bem preparado que os demais? Se a consciência da

necessidade de educação é coletiva, até que grau de instrução os trabalhadores terão que alcançar para se destacarem dos demais?

A degradação da qualidade de ensino tem transformado o ensino superior num simples estágio seguinte de educação e as pós-graduações têm assumido o papel que outrora o ensino superior representava na sociedade, de diferencial na formação do indivíduo. A atuação do Estado, no sentido de regular essas instituições, promovendo não só crescimento na quantidade de vagas, mas também na qualidade deste ensino, se faz fundamental para o bom funcionamento do sistema.

Este estudo pretendeu, portanto, suscitar discussões a respeito do papel da educação na sociedade, mostrando sua importância na obtenção de uma vaga de trabalho e, mais que isso, sua contribuição ao desenvolvimento econômico e social de uma nação. Espera-se que ele tenha atendido a este propósito e que tenha contribuído para a reflexão sobre a participação de cada cidadão neste processo, não permitindo que se encerre aqui este debate.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Henrique. A expansão recente do ensino superior privado no Brasil e na Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 3, p. 143-157, dez. 2002.

ALMEIDA, Paulo Henrique. Mudanças nos métodos de ensino diante das novas tecnologias. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 44-50, jul. 1999.

ALVES, Edgard (Org). **Modernização produtiva e relações de trabalho**: perspectivas de políticas públicas. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília, DF: IPEA, 1997.

BORGES, Ângela. A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n.3, p. 92-109, dez. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo da educação superior – 2003**: resumo técnico. Brasília, out. 2004.

CIGNOLLI, Alberto. **Estado e força de trabalho**: introdução à política social no Brasil. Tradução Júlio Assis Simões. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CRAWFORD, Richard. **Na era do capital humano**: o talento, a inteligência e o conhecimento como forças econômicas, seu impacto nas empresas e nas decisões de investimento. Tradução Luciana Bontempi Gouveia. São Paulo: Atlas, 1994.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Emprego e qualificação no Brasil dos anos 90. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. São Paulo: Unicamp. IE, 1998.

EHRENBERG, Ronald G.; SMITH, Robert S. **A moderna economia do trabalho**: teoria e política pública. Tradução Sidney Stancatti. 5. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

A EXPANSÃO do ensino superior: o boom das faculdades privadas. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 61-65, jul. 1999.

FIALHO, Nádia. A expansão do ensino superior na Bahia sob a ótica da interiorização: alguns indicadores. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 4, n.4, p. 12-17, mar. 1995.

FOGAÇA, Azuete. A educação e a reestruturação produtiva no Brasil. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. São Paulo: Unicamp.IE, 1998.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de; TONETO JR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LIMA, Ricardo. **Capital humano e segmentação no mercado de trabalho**. Brasília: UnB, 1975. (Textos para discussão, n. 31).

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

MENEZES, Wilson F.; CHATEAUBRIAND, Luiz; BRAGA, Thaiz; A dinâmica de funcionamento do mercado de trabalho da Região Metropolitana da Salvador: uma avaliação de 2004. **Conjuntura e Planejamento**, Salvador, n. 131, p.27-34, abr. 2005.

POCHMANN, Marcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 26, n.2, p. 103-118, 1998.

SABÓIA, João. Emprego, renda e pobreza no Brasil na década de oitenta. **Força de Trabalho e Emprego**. Salvador, 9, n. 1, p. 3-9, nov. 1991.

SALM, Cláudio. **Escola e trabalho**. São Paulo: Livraria Brasiliense, 1980.

SALM, Cláudio. Novos requisitos educacionais do mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, Marco Antônio de (Org.). **Economia & trabalho: textos básicos**. São Paulo: Unicamp.IE, 1998.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. 14. ed. São Paulo: Best Seller, 2004.

SERPA, Felipe. Transformar a educação na Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 4, n. 4, p. 5-11, mar. 1995.

SISTEMA educacional e a formação profissional. In: BRASIL. Ministério do Trabalho. **O mercado de trabalho brasileiro: estrutura e conjuntura**. abr. 1987.

S. SOBRINHO, Edson A. S. Mudanças no mercado de trabalho da RMS. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 3, p. 115-121, dez. 2000.